

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU
ATA da 104ª (centésima quarta) Reunião Ordinária

Dia 28 de junho de 2002

Às 9:00 (nove) horas do dia 28 de junho de 2002 (dois mil e dois), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Tânia Bacelar. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 102ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2002. 2) Exposição sobre o Transporte Público de Passageiros no Recife – EMTU e Secretaria de Serviços Públicos. 3) Mapeamento da Violência no Recife – Vice – Prefeito. 4) Minuta do Projeto de Lei: Passarelas. 5) Proposta de Passarela sobre o Viaduto Joana Bezerra. 6) Andamento do processo de revisão do PDCR, da Minuta do Projeto de Lei Edifício – Garagem e do Projeto Construa Certo. (Informes). 7) Outros. Em seguida, a presidente deu posse à Dra. Ana Letycia Crêspo Senna como membro titular da Secretaria de Saúde, em substituição ao Dr. Humberto Costa. Informou aos conselheiros os motivos dos adiamentos das datas da reunião. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente da presidente, Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Diretor da Diretoria Geral de Administração Tributária, Secretaria de Finanças (suplente), Dr. José Audísio Costa, Secretário Adjunto da Secretaria da Política de Assistência Social (titular), Dr. Rodolfo Ramirez Souto, Diretor Geral de Planejamento e Projetos Especiais, Secretaria da Política de Assistência Social (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município, Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dra. Ana Letycia Senna, Diretora do Departamento de Acompanhamento de Gestão, Secretaria de Saúde (titular), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (titular), Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular) Dra. Vera Lúcia Menelau de Mesquita, representante do CREA (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Enio Laprovitera da Motta representante do IAB (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar representante do SCJP/ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do FÓRUM/PREZEIS (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do MNLM/PE (suplente). Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao Dr. Denílson Souza, Diretor de Transporte da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU, juntamente com a Dra. Cristina Aroucha Borges, Diretora de Planejamento de Transportes da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/Recife, para fazerem a exposição sobre o Transporte Público de Passageiros no Recife. (cópias das apresentações, em anexo). Em seguida, a conselheira Elaine – MNLM, pergunta, porque a linha Igarassu, não faz integração no terminal da Pe-15. Dra. Cristina-EMTU, informou que “quando se fez a proposta da integração de Igarassu no SEI, pensou-se na integração com o terminal da PE-15, mas esbarrou na questão da tarifa, teremos que rever. Ficou acordado que na ida haveria a integração, na volta ainda não”. Em seguida, o conselheiro Clóvis – Fórum do Prezeis convidou os conselheiros para um Seminário, que irá acontecer no dia 22/07, sobre Transporte Coletivo. Continuando, Dra. Tânia passa a palavra para a conselheira Circe Monteiro – MDU/UFPE, “As Kombis

continuam com um sistema ilegal, vocês não têm um estudo de como elas trafegam, por onde elas andam, então como se pode pensar um sistema, sem o conhecimento real do problema? A Dra. Cristina – EMTU, fala que existe algumas pesquisas em relação a transporte de pequeno porte. “O Governo do Estado juntamente com todas as Prefeituras, inclusive Recife, constatou que existe um grande número de Kombis com placas de outros Municípios, não regulamentadas, trafegando pela cidade. A idéia é que, cada município regulamente o seu serviço”. Prosseguindo, Dra. Tânia passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, “em relação a transporte, tanto na Lei Orgânica como no Plano Diretor, teve destaque as normas legais. O Plano Diretor, nesta sua revisão, deve endossar essa legislação. A Lei Orgânica determina que o serviço de transporte público deva ser utilizado de forma compatibilizada com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Plano Diretor deve ser implementado de forma articulada. Como estamos no processo de revisão do Plano Diretor, vejo estudos interessantes, primeiro, há necessidade, pelo fato da importância que o transporte urbano tem para a cidade, que tenhamos condições de fazer previsões, de elaborar discussões, não de forma abstrata ou apenas com base em princípios, mas previsões mais objetivas. Outra coisa é em relação à proposta do Projeto de Lei Edifício-Garagem, tenho impressão que, de certa forma, existe uma relação com a Lei de Uso do Solo, que é um semi produto, do Plano Diretor. Não sei se deveríamos esperar um formato mais apurado do final da revisão, para encaminharmos o referido projeto, uma vez que, a revisão poderá indicar mudanças na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Quando se fala em transporte, vemos a cidade preste a ser incorporada à ampliação do metrô. Existem poucos estacionamentos nas estações do metrô. É uma discussão normativa, que as estações do metrô sejam dotadas de estacionamento para comportar veículos e mudar áreas estruturais com relação a circulação de pessoas na cidade. Prosseguindo, Dra. Fernanda Costa – Diretora da DIRCON/SEPLAM, pede um aparte e dá uma informação, “no zoneamento da cidade, temos os centros metroviários, temos 3 categorias de centros: Centro Principal, Centros Secundários (Afogados, Casa Amarela, Água Fria) e os Centros Metroviários (áreas em torno das estações do metrô). Nessas áreas os coeficientes são mais, digamos, simpáticos para a construção civil, com recuos mais generosos, etc”. A seguir, Dra. Cristina – EMTU, falou que o “metrô é um equipamento muito caro, então, toda conta que fizemos para tentar viabilizar o metrô da cidade, alguém vai ter que entrar com o custo. A idéia é muito interessante e importante”. A seguir, Dra. Tânia passa a palavra para o conselheiro Daniel Gaio – SAJ, que faz perguntas sobre a demora e espera dos ônibus nas paradas e se já se pensou em usar a BR-101 como eixo de transporte urbano. Dra. Cristina fala que, em 1997, foi feita uma pesquisa, por ocasião da inauguração da estação do Joana Bezerra, do tempo de deslocamento considerando procedimentos diferentes. Um pegando o ônibus, vindo para o centro da cidade, e do centro pegando o metrô até ao Timbi e outro, descendo no terminal, pegando a linha integrada e pegando o metrô dentro do SEI. O usuário ganhava 10 minutos, pois o tempo de deslocamento que interessa para o cidadão é da hora que sai de casa até a hora que chega no outro pólo. Quando se fez o Sistema Integrado, a preocupação era a do Município trabalhar gerenciando uma linha e a EMTU trabalhar com outra, fazendo com que o ônibus chegue e tenha uma disponibilidade para integrar. Existe demora na entrada no ônibus, porque são 70 pessoas para subir no veículo. Nos corredores onde circulam mais os clandestinos, temos uma frequência muito boa dos ônibus: a cada 4,5 minutos, um novo ônibus. Nos corredores principais da cidade e nas perimetrais, temos uma proposta de priorização ao transporte coletivo. Cada um

com sua especificidade. Na PE-15, conseguimos uma pista. Em alguns locais, conseguimos uma faixa, em outros, estamos em negociação, como o caso da Domingos Ferreira e a BR-101. Uma pessoa que sai de Abreu e Lima, por exemplo, não precisará vir até à cidade para depois ir à Macaxeira, ela vai pela BR-191". Em seguida, Dra. Tânia comunica que um encaminhamento seria convidar o METROREC, para fazer um exposição. Prosseguindo, Dra. Tânia passa para o próximo item da pauta, solicitando ao Vice- Prefeito, Dr. Luciano Siqueira, que faça a apresentação do Mapeamento da Violência no Recife". O Dr. Luciano inicia a apresentação comunicando, "se apresentássemos apenas as informações relativas ao mapeamento da violência, poderíamos estimular uma compreensão distorcida do que a Prefeitura tenta fazer nessa matéria. Precisamos situar com que concepção enfrentamos o assunto, com que intuito, com que compreensão das nossas possibilidades e dos nossos limites, com a convicção de que, nós, enquanto prefeitura, e, especificamente, o organismo criado a partir de abril do ano passado por Decreto do Prefeito João Paulo, após sugestão de um grupo de trabalho, coordenado pela Dra. Tânia Bacelar, poderíamos incluir em nossa gestão, um trato da problemática da promoção, da afirmação dos direitos humanos e do enfrentamento da violência na cidade do Recife. A partir desse grupo de trabalho, o Prefeito criou o Comitê de Promoção de Direitos Humanos de Prevenção à Violência na Cidade do Recife, integrado inicialmente por representantes de seis secretarias: Secretaria de Planejamento, Serviços Públicos, Saúde, Educação, Política da Assistência Social e Assuntos Jurídicos. Incluímos, em seguida, a Coordenadoria da Mulher, criada nesta Gestão, a Assistência Militar ao Gabinete do Prefeito e também a Assistência de Polícia Civil. Todos sob a coordenação do Vice-Prefeito e fundamentalmente com três linhas de ação. Uma, a principal e a mais imediata, mais visível, no âmbito da Prefeitura, que é identificar quais os projetos, quais as ações que possam ser compreendidas como ações que ajudem a promover os direitos humanos e, de uma maneira direta ou indiretamente, contribuam para minimizar a violência na cidade. A exemplo do problema aqui citado, transporte e muitos outros problemas dessa magnitude, o problema deve ser olhado, enfrentado do ponto de vista metropolitano. Outra comissão, dentro desse Comitê, tem como objetivo articular a Prefeitura do Recife com as demais Prefeituras (treze) da RMR, para o trato dessa temática. Além disso, agilizar, desenvolver ações inter-institucionais com outras instituições, sejam governamentais, não-governamentais, organizações populares, e etc., todas as instituições, o conjunto da sociedade interessada no enfrentamento desse problema. Há um conjunto de ações desenvolvidas, de iniciativas, algumas com resultados já concretos, entre as quais se insere esse trabalho do mapeamento da violência, da criminalidade na cidade. Temos a compreensão de que a violência na cidade do Recife é um elemento a mais daquilo que poderíamos considerar uma crise da cidadania na cidade. Não apenas em relação aos constrangimentos que os cidadãos enfrentam. Não só a população mais carente, sem condições mínimas para a sobrevivência material mas, também, envolve a parcela mais privilegiada materialmente, que enfrenta, também, o problema da crise da cidadania, por outros viés, talvez o mais dramático, o isolamento. Um cidadão isolado vive numa espécie de crise de identidade com o seu lugar, com o território em que vive, privado, por uma razão ou por outra, de relações sociais, no sentido mais solidário. Então, é alguém cada vez mais isolado. A violência contribui para isso, na medida em que você vacila se sai ou não de casa, com medo de ser protagonista de um evento violento. Temos a consciência, também, que esse foi um assunto polêmico na campanha eleitoral, sobretudo no 2º turno,

especificamente no debate entre o candidato à Prefeito do PT, com o candidato à reeleição. O candidato à reeleição dizia que a problemática da violência só seria da segurança do cidadão, tendo em vista o que estabelecia a Constituição Federal, que o assunto não é da competência do Governo Municipal. Imaginamos tratar o assunto por outro ângulo, considerando que é um problema social dos mais graves. Procuramos durante a campanha nos aconselhamos com diversos interlocutores possíveis, as ONG's e Instituições interessadas nesse assunto, como a OAB, e outras. Ouvimos do Presidente da OAB a seguinte colocação: "na Constituição do País, essa temática é da competência da União, do Poder Público Estadual. A norma não se sobrepõe ao princípio Constitucional, segundo o qual cabe ao Estado em todas suas esferas cuidar de prover para que a sociedade viva em condições de bem-estar aceitável". Como o problema da violência é um dos grandes problemas de uma cidade, ele dizia, também: "você têm razão, devem assumir esse compromisso e enfrentar o problema de algum modo". O modo que estamos enfrentando é exatamente compreender que, seja pelas causas fundamentais encrementadoras da violência urbana, ou pelos limites do Poder Público Municipal, vamos ter que enfrentar e minimizar o problema da violência. As causas debatidas, vão além do fator sócio - econômico, das distorções sociais, da pobreza e da miséria. Contribui também, a falência do aparelho repressor existente no País. Outro fator importante para o incremento da violência é que a mesma é tratada pela mídia, como mercadoria. Nas grades de programação das emissoras de televisão, os filmes, os programas que têm a violência como centro, são os que alcançam maiores índices de audiência. O mesmo canal de televisão que encerra um debate sobre a violência, insinuando que esta rede está comprometida com a sociedade no enfrentamento da violência, ao término do debate, exibe um filme com características violentas porque, naquele horário, os anúncios vinculados são vendidos a preços elevadíssimos. A violência como mercadoria, associada sobretudo à mídia. Os fatores que incrementam a violência na cidade do Recife, extrapolam os limites do Poder Públicos Municipal e se associam, também, de uma maneira muito clara, ao próprio modelo de desenvolvimento do País. Por outro lado, o que podemos fazer? Escolhemos tratar o assunto. A Prefeitura dialogando com os movimentos de Direitos Humanos e com outras organizações da sociedade, envolvidas com o tema. Não estamos no combate frontal, utilizando métodos repressivos, não existe nenhum instrumento legal na Prefeitura para esse tipo de combate. Tentamos concretizar essas intenções, através das múltiplas ações que se desenvolvem na Prefeitura, mostrando quais são os projetos coordenados pelas estruturas de cada secretaria, no sentido de promover a cidadania, a consciência cidadã e ajudar a diminuir a violência. O mapeamento da violência na cidade, segundo nossa compreensão, é um instrumento auxiliar da gestão pública. Com ele, poderemos identificar os principais bolsões da violência na cidade, poderemos, de certo modo, direcionar, escolher prioridades espaciais, ajudando a melhorar a vida dos cidadãos que moram nos locais mais violentos. O mapeamento da violência é um trabalho inicial que tem essa serventia, que se utiliza da técnica do geo-processamento, utilizando informações de caráter sócio-econômico. (cópia da apresentação, em anexo). Em seguida, Dra. Tânia agradece a participação do Vice-Prefeito, Dr. Luciano Siqueira, frisando a importância do estudo, questionando em que áreas, o CDU poderia ajudar e usar as informações. Dando continuidade, passa a palavra para a conselheira Ana Letycia - Sec. de Saúde, "sobre a Academia da Cidade, observamos que frequentam não só pessoas do bairro, mas de outros. Dra. Tânia pede licença para se ausentar, comunicando que o Prefeito está a sua

espera, passando a presidência para Dra. Norma Lacerda. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra para a conselheira Circe – MDU/UFPE, “o conceito de violência é muito amplo. O que foi apresentado pelo Vice - Prefeito diz respeito mais a crimes. Estaticamente permite muita diferença, talvez, fragilize os argumentos quanto aos locais dos crimes. Sinto falta nesse estudo, dos dados. Trabalho com vandalismo, há algum tempo, quase sempre esbarro num grande problema, a ausência de dados, até mesmo da própria polícia, que não espacializa. Sugiro uma discussão sobre a questão do meio urbano. Como moradora de Recife, sinto que as pessoas têm medo de andar nas ruas, têm medo de andar nos espaços públicos. Este mapeamento poderá trazer muitas informações para o tratamento dos espaços públicos e a regulamentação. Temos ruas com imóveis com muros de até três metros, que viram verdadeiros corredores onde as pessoas têm medo de passar, imóveis chamados de arquitetura do medo”. Em seguida, Dr. Luciano Siqueira falou que “a violência é multifacetada. Por esta razão, introduzimos outros aspectos da violência, relacionado com a crise da vida na cidade. Sabemos que os efeitos são de longo prazo, mas, como efeito imediato, debateremos o tema, tão crucial na sociedade, ajudando de alguma maneira a elevar o nível da consciência cidadã”. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, “em nossa área, quando se trabalha urbanização das áreas ZEIS e das áreas de periferia da cidade, elaboramos projetos urbanísticos que realcem não só os destinos das obras de casas populares, água, esgoto, mas também, das obras que tratem da edificação e da implementação de equipamentos sociais. Estamos diante da perspectiva de termos na cidade, talvez um dos maiores projetos urbanísticos, o PROMETRÓPOLE, em andamento, com previsão de início das obras no segundo semestre, ou no início do próximo ano. Então, Campo Grande, parte da Zona Norte da Cidade, inclusive alguns bairros de Olinda, serão alvos dessa intervenção urbana. Outra coisa diz respeito as escolas, nas áreas ZEIS do Município e nas periferias. Um dos melhores caminhos seria aproveitar o espaço físico e implementar programas de educação, fazendo com que os alunos, além das aulas curriculares, exerçam também atividades cívicas, atividades de estímulo à cidadania. As rádios comunitárias deveriam realizar programas educacionais e debates com a comunidade”. Em seguida, Dra. Norma dá alguns informes, sobre o processo de revisão do Plano Diretor, “estamos desenvolvendo duas etapas preparatórias: uma, avaliando o que ocorreu na cidade nos últimos dez anos, e a outra, definindo conceitual e metodologicamente no sentido de vermos com clareza o que deverá conter e ser o Plano Diretor. Em seguida, elaboraremos o Termo de Referência, contendo processos, etapas e produtos. Na próxima reunião do Conselho apresentaremos e distribuiremos essa análise e avaliação. Outro informe é o resultado da plenária de Desenvolvimento Urbano, que ocorreu semana passada no Colégio Americano Batista. Nesse Fórum Temático, tivemos 1.100 participantes, uma grande diferença do ano passado que compareceram 300 participantes. Os três temas mais votados foram: (i) a **macrodenagem**, especificamente canais; isso nos aponta como a população, talvez de forma inconsciente, considera a macrodenagem enquanto ação estratégica para a cidade; (ii) **os espaços públicos**, a maior pontuação dentre os projetos foi o Cais da Rua da Aurora e, (iii) **saneamento**, sendo o item mais votado recuperação dos sistemas. Podemos ter uma leitura do amadurecimento, em relação a participação, da população nesse espaço do Orçamento Participativo. Em relação ao Edifício – Garagem, não evoluímos muito, a questão é mais complexa do que imaginávamos. Iremos agendar uma nova reunião da

Comissão constituída no Conselho". Finalizando, Dra. Norma agenda para o dia 19 de julho do ano em curso, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 103ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de maio de 2002. 2) Revisão do Plano Diretor – DIRBAM/SEPLAM. 3) Minuta do Projeto de Lei Zona Especial de Proteção Ambiental 2 – Ilha do Zeca – DIRBAM/SEPLAM. 4) Minuta do Projeto de Lei: Passarelas (discussão). 5) Passarela sobre o viaduto Joana Bezerra (análise da proposta). 6) Edifício – Garagem (discussão). 7) Projeto Construa Certo (Informes). 8) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 28 de junho de 2002.

Tânia Bacelar – SEPLAM (presidente) _____

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente da presidente) _____

Elísio Soares de Carvalho Júnior - Sec. de Finanças (suplente) _____

José Audísio Costa - Sec. da Política de Ass. Social (titular) _____

Rodolfo Ramirez Souto - Sec. da Política de Ass. Social (suplente) _____

Tatiana Maia da Silva Mariz - Sec. de Assuntos Jurídicos (titular) _____

Daniel Gaio – Sec. de Assuntos Jurídicos (suplente) _____

Ana Letycia Crêspo Senna - Secretaria de Saúde (titular) _____

Francisco José Couceiro de Oliveira - Sec. de Des. Econômico (titular) _____

Carlos Eduardo Maciel Lyra - Sec. de Saneamento (titular) _____

Circe Maria Gama Monteiro - MDU/UFPE (suplente) _____

Vera Lúcia Menelau de Mesquita – CREA (titular) _____

Antonio Aristóteles de G. Bastos – CREA (suplente) _____

Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente) _____

Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI (titular) _____

Carlos Antônio Barroso Aguiar – SCJP/ABONG (titular) _____

Clóvis Mário de Lima – FÓRUM/PREZEIS (titular) _____

Elaine de Oliveira Santos de Farias – MNLN/PE (suplente) _____